



Coren^{ES}
Conselho Regional de Enfermagem do Espírito Santo

PREGÃO ELETRÔNICO

90066/2026

CONTRATANTE (UASG)

Conselho Regional De Enfermagem Do Espírito Santo
UASG 389326

OBJETO

Contratação de empresa para prestação de serviços de instalação e manutenção preventiva e corretiva de ar condicionado tipos Split, incluindo todos os materiais e equipamentos necessários a preferida execução dos serviços, para atender as demandas da Sede do Conselho Regional de Enfermagem do Espírito Santo (Coren/ES) e as Subseções de Cachoeiro de Itapemirim, Colatina, São Mateus e Linhares.

VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

R\$ 91.452,67 (noventa e um mil, quatrocentos e cinquenta e dois reais e sessenta e sete centavos)

DATA PREVISTA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 23/02/2026 às 09:00h (Horário de Brasília)

(O Edital estará aberto por 10 (dez) dias, a contar de sua divulgação, para recebimentos de propostas - Art. 55, II, a, da Lei 14.133)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

menor preço

MODO DE DISPUTA:

aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

Aplicando-se apenas os benefícios previstos nos arts. 42 a 45 da Lei Complementar nº 123/2006.



Coren^{ES}
Conselho Regional de Enfermagem do Espírito Santo

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO ESPÍRITO SANTO
UASG 389326

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90066/2026
(Processo Administrativo nº866/2025)

Torna-se público que o CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO ESPÍRITO SANTO – COREN ES, por meio do Setor de Licitações e Contratações Diretas, sediado na Rua Alberto de Oliveira Santos, 42, sala 1002 – Ed. AMES – Centro – Vitória/ES – 29010-901, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a contratação de empresa para prestação de serviços de instalação e manutenção preventiva e corretiva de ar condicionado tipos Split, incluindo todos os materiais e equipamentos necessários a preferida execução dos serviços, para atender as demandas da Sede do Conselho Regional de Enfermagem do Espírito Santo (Coren/ES) e as Subseções de Cachoeiro de Itapemirim, Colatina, São Mateus e Linhares, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. O licitante deve oferecer proposta cujo preço máximo é o estabelecido no item 1.1 do Termo de Referência, adotando o critério de julgamento de MENOR PREÇO por grupo .

1.3. Em caso de divergências entre a descrição do item disposto no Termo de Referência (anexo I do Edital) e o item selecionado no CATMAT/CATSER, prevalecerá o constante neste Edital e em seus anexos.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

2.6. Não poderão disputar esta licitação:

Sede - Rua Alberto de Oliveira Santos, 42, Sala 1116 - Ed. AMES - Vitória-ES - 29010-901 - Tel.: (27) 3223-7768 / 3222-2930
Subseção São Mateus - Rua João Bento Silveiras, 214, loja 03, Centro - 29.930-020 - Tel.: (27) 3761-4249
Subseção Cachoeiro de Itapemirim - Pç Jerônimo Monteiro, 67, sl 401/402 - Ed Max - Centro - 29.300-170 - Tel.: (28) 3199-0690
Subseção Colatina - Av. Getúlio Vargas, 500, Ed. Colatina Shopping, sl 108 - Centro - 29.700-010 - Tel.: (27) 3770-6750
Subseção Linhares - Av. Presidente. Getúlio Vargas, 1220, sl 406, T. A, Cond. Laguna Center, Centro, CEP: 29.901-212, Telefone: (27) 3199-1110
Site: www.coren-es.org.br - CNPJ 08.332.733/0001-35



- 2.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 2.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 2.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 2.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 2.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 2.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 2.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 2.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;
- 2.6.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 2.6.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.7. O impedimento de que trata o item 2.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 2.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.6.2 e 2.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 2.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 2.10. O disposto nos itens 2.6.2 e 2.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 2.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.



2.12. A vedação de que trata o item 2.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 7.1.1 e 7.11.1 deste Edital.

3.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de condutas vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

3.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.4 ou 3.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.



- 3.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 3.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 3.11.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 3.11.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 3.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 3.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 3.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 3.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 3.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 3.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 4.1.1. Valor unitário e total do item;
- 4.1.2. Marca;
- 4.1.3. Fabricante;
- 4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 4.2.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.
- 4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.



- 4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 4.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.
- 4.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 4.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.
- 4.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 4.8.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos estabelecidos.
- 4.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 5.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item
- 5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,05 (cinco centavos).
- 5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutable.



- 5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 5.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 5.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 5.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 5.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 5.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 5.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 5.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 5.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 5.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 5.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 5.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 5.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 5.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 5.18.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.



5.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

5.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.19.2.2. empresas brasileiras;

5.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

5.19.2.5. Esgotados todos os critérios de desempate ou não sendo possível a utilização de todos por falta de regulamentação, proceder-se-á o desempate com a realização de sorteio; e, na impossibilidade de sorteio automatizado dentro do sistema gov.br, será realizado sorteio público, cujo dia e horário será comunicado no quadro de aviso da contratação no compras.gov.br com pelo menos 03 (três) dias úteis de antecedência.

5.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.



5.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.20.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e seus anexos.

5.20.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.20.6. O licitante que deixar de se manifestar diante das comunicações do pregoeiro, mantendo-se inerte por período superior a 29 (vinte e nove minutos) poderá ter sua proposta desclassificada ou inabilitada.

5.21. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1. SICAF;

6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

6.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, *caput*)

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item 3.6 deste edital.

6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação



ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

6.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- 6.7.1. conter vícios insanáveis;
- 6.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 6.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 6.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 6.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

- 6.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 6.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.9. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

- 6.9.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;
- 6.9.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado.
- 6.9.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.
- 6.9.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

6.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.11.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada



integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

6.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

6.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

6.14. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

6.15. Os resultados das avaliações de amostras ou vistorias realizadas serão divulgados ao licitante por meio de mensagem no chat e acessível a todos os licitantes no sistema.

6.16. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

6.17. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.



- 7.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% (dez por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.
- 7.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.
- 7.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.
- 7.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).
- 7.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 7.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 7.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.
- 7.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).
- 7.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, *caput*).
- 7.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).
- 7.12. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 7.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de duas horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.
- 7.12.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da *Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022*.
- 7.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 7.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.



7.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

7.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

7.14.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.12.1.

7.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

7.19. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8. DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer será de 10 (dez) minutos.

8.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso



para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://ouvidoria.cofen.gov.br/coren-es/transparencia/licitacoes/>.

9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

9.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

9.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

9.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

9.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

9.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

9.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

9.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

9.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

9.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

9.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

9.1.5. fraudar a licitação

9.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

9.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

9.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

9.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

9.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

9.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.



9.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

9.2.1. advertência;

9.2.2. multa;

9.2.3. impedimento de licitar e contratar e

9.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

9.3.2. as peculiaridades do caso concreto

9.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

9.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

9.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 10 dias úteis, a contar da comunicação oficial.

9.4.1. Para as infrações previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

9.4.2. Para as infrações previstas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

9.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

9.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

9.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

9.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.



9.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

9.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

9.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo seguinte meio: e-mail: licitacao@coren-es.org.br.

10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

11.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

11.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

11.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.



Coren^{ES}
Conselho Regional de Enfermagem do Espírito Santo

11.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

11.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

11.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

11.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

11.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

11.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), podendo ser solicitado pelo endereço eletrônico licitacao@coren-es.org.br.

11.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

11.11.1. ANEXO I - Termo de Referência

11.11.2. ANEXO II – Estudo Técnico Preliminar

11.11.3. ANEXO III - Minuta de Termo de Contrato

11.11.4. ANEXO IV – Modelo de Proposta

11.11.5. ANEXO V – Mapa Comparativo de Preços

Vitória, 02 de janeiro de 2026.

Wilton José Patrício
Conselheiro Presidente

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Administrativo nº 866/2025

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. Contratação de empresa para prestação de serviços de instalação e manutenção preventiva e corretiva de ar condicionado tipos Split, incluindo todos os materiais e equipamentos necessários a preferida execução dos serviços, para atender as demandas da Sede do Conselho Regional de Enfermagem do Espírito Santo (Coren/ES) e as Subseções de Cachoeiro de Itapemirim, Colatina, São Mateus e Linhares.

GRUPO 01 - INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATS ER	QUANTI DADE	UNIDADE DE MEDIDA	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR ANUAL (R\$)
1.	Instalação de ar condicionado Split High Wall, capacidade 9.000 a 12.000 Btus/h (sob demanda)	2020	20 (sob demand a)	UNIDADE	R\$709,77	R\$14.195,40
2.	Instalação de ar condicionado Split High Wall, capacidade 18.000 a 30.000 Btus/h (sob demanda)	2020	15 (sob demand a)	UNIDADE	R\$866,15	R\$12.992,25
3.	Desinstalação de ar condicionado Split High Wall, capacidade 9.000 a 12.000 Btus/h (sob demanda)	2020	20 (sob demand a)	UNIDADE	R\$108,12	R\$2.162,40
4.	Desinstalação de ar condicionado Split High Wall, capacidade 18.000 a 30.000 Btus/h (sob demanda)	2020	15 (sob demand a)	UNIDADE	R\$142,51	R\$2.137,65
5.	Manutenção preventiva de ar-condicionado Split High Wall 220v, capacidade: de 7.000 à 12.000 btus/h	2020	250 (sob demand a)	UNIDADE	R\$93,01	R\$23.252,50
6.	Manutenção preventiva de ar-condicionado Split High Wall 220v,	2020	144 (sob demand a)	UNIDADE	R\$120,28	R\$ 17.320,32

	capacidade: de 18.000 a 36.000 btus/h		a)			
7.	Manutenção corretiva de ar-condicionado Split High Wall 220v, capacidade: de 7.000 à 12.000 btus/h (sob demanda)	2020	50 (sob demand a)	UNIDADE	R\$151,51	R\$7.575,50
8.	Manutenção corretiva de ar-condicionado Split High Wall 220v, capacidade: de 18.000 a 36.000 btus/h (sob demanda)	2020	30 (sob demand a)	UNIDADE	R\$150,09	R\$4.502,70
9.	Pequenos reparos de pré/pós-instalação.	2020	35 (sob demand a)	UNIDADE	R\$208,97	R\$7.313,95
Valor total do GRUPO: R\$91.452,67 (noventa e um mil reais, quatrocentos e cinquenta e dois reais e sessenta e sete centavos)						

1.2. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses, prorrogável por até 5 anos, contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.3. Em caso de divergência entre o descritivo do CATMAT no sistema Compras.gov e o descritivo do item neste Termo de Referência, prevalecerá este último.

1.4. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A contratação se justifica pela necessidade de assegurar a continuidade, eficiência e qualidade dos serviços relacionados à climatização nas unidades do Coren-ES.

2.2. A contratação visa ainda garantir segurança, conforto térmico e economia a longo prazo, além de preservar o patrimônio institucional e assegurar a continuidade dos serviços prestados à sociedade.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A presente contratação tem por objetivo assegurar a manutenção preventiva e corretiva dos sistemas de climatização, bem como a instalação e desinstalação de aparelhos de ar-condicionado, sob demanda, em todas as unidades físicas sob responsabilidade do

Coren-ES. Trata-se de um serviço essencial para a preservação do ambiente laboral, da infraestrutura predial e do adequado funcionamento das atividades institucionais.

- 3.2. A contratação não envolve dedicação exclusiva de mão de obra e será executada de forma não contínua, com acionamento conforme a necessidade da Administração, observando critérios de economicidade, eficiência e otimização dos recursos públicos.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

- 4.1. A contratada deverá observar critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade socioambiental, em conformidade com as normas de proteção ao meio ambiente, assegurando a adoção de práticas que minimizem impactos ambientais. Será responsável pela destinação correta de todos os resíduos gerados na execução dos serviços.
- 4.2. Na limpeza dos componentes do sistema de climatização, deverão ser utilizados exclusivamente produtos biodegradáveis, devidamente registrados no Ministério da Saúde para uso específico em sistemas de climatização, garantindo segurança sanitária e conformidade legal.

Subcontratação

- 4.3. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

- 4.4. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.
- 4.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

Vistoria

- 4.6. Tendo em vista a complexidade e as particularidades dos serviços contratados, bem como a diversidade de ambientes e equipamentos existentes na sede e nas subseções do Coren-ES, **será facultada às licitantes a realização de vistoria técnica prévia**, a ser realizada **no período compreendido entre a publicação do edital e o último dia útil anterior à data de abertura da sessão pública**.
- 4.7. A vistoria deverá contemplar todas as salas, ambientes e unidades onde os serviços poderão ser executados, possibilitando o pleno conhecimento das condições técnicas, estruturais e operacionais dos locais. Para sua realização, a visita **deverá ser agendada previamente com a**

Administração, em data e horário definidos pela mesma, sendo **obrigatoriamente acompanhada por servidor designado**, que lavrará termo atestando sua ocorrência.

- 4.8. Na hipótese de a licitante optar por não realizar a vistoria presencial, deverá apresentar, **no momento da habilitação, declaração formal de que tem pleno conhecimento das condições locais de execução dos serviços**, assumindo inteira responsabilidade por eventuais dificuldades ou necessidades específicas, e renunciando a qualquer alegação futura de desconhecimento. A declaração deverá estar assinada por representante legal da empresa ou procurador devidamente constituído.
- 4.9. A apresentação da proposta **implicará aceitação tácita e integral de todas as condições técnicas e operacionais dos locais**, conforme verificado *in loco* ou declarado formalmente pela licitante.
- 4.10. **Não serão admitidas, após a adjudicação, alegações de desconhecimento de dificuldades, restrições e peculiaridades do ambiente que possam impactar a execução contratual.**

Requisitos gerais

- 4.11. O valor a ser pago pela Administração será aquele constante da proposta vencedora, sendo de inteira responsabilidade da contratada o custeio de todas as despesas relacionadas à execução do objeto, inclusive aquelas decorrentes de encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, logísticos e operacionais.
- 4.12. A contratada será integralmente responsável por todos os ônus decorrentes de obrigações trabalhistas, previdenciárias, sociais, fiscais e comerciais, relacionados aos profissionais envolvidos na execução do objeto contratado, inclusive em casos de vínculo informal ou eventual terceirização, não cabendo qualquer responsabilidade à Administração por tais encargos.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

- 5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

- 5.1.1. A empresa contratada deverá executar todos os serviços necessários para a adequada instalação, manutenção preventiva e corretiva, desinstalação, higienização e demais adequações dos sistemas de climatização do tipo Split e ACJ (se houver) instalados na sede e subseções do Coren-ES.

- 5.1.2. A contratada deverá apresentar, no prazo de até 20 dias úteis após a assinatura do contrato, o Plano de Manutenção, Operação e Controle (PMOC), elaborado por profissional legalmente habilitado.
- 5.1.3. Após cada atendimento, deverá ser emitido relatório técnico detalhado com descrição dos serviços executados e registro fotográfico, a ser entregue à fiscalização em até sete dias corridos.
- 5.1.4. A contratada será responsável por todas as adaptações, ajustes ou reparos estritamente necessários à adequada execução dos serviços, incluindo: instalação ou substituição de suportes metálicos para unidades condensadoras e evaporadoras; recomposição de forros removíveis e paredes em alvenaria ou gesso danificados pela execução dos serviços; instalação ou substituição de drenos aparentes; e adequação pontual da infraestrutura elétrica limitada à substituição de disjuntores e cabos de alimentação entre o ponto de força e o equipamento, quando tecnicamente indispensável à segurança e ao funcionamento do sistema.
- 5.1.5. Todo o material, equipamento e ferramenta utilizados deverão ser fornecidos pela contratada e estar em conformidade com as normas técnicas vigentes.
- 5.1.6. Prazos máximos para atendimento, a partir da ordem de serviço:
- 5.1.6.1. Instalações e desinstalações: 3 dias úteis;
 - 5.1.6.2. Manutenção preventiva: 2 dias úteis;
 - 5.1.6.3. Manutenção corretiva: até 4 horas.
- 5.1.7. Os serviços deverão ser realizados preferencialmente em dias úteis, no horário das 8h às 12h e das 13h às 17h, sempre mediante prévia autorização da fiscalização do Coren-ES.
- 5.1.8. Atividades que gerem ruído excessivo (exemplo: furação de parede) deverão ser programadas para ocorrer entre 19h e 7h, respeitando integralmente as normas e deliberações vigentes do condomínio onde está situada a unidade do Coren/ES.
- 5.1.9. Caso ocorram alterações nas normas do condomínio durante a vigência do contrato, a contratada deverá adaptar imediatamente a execução dos serviços para garantir o cumprimento dessas novas regras, comunicando a fiscalização em até 48 horas.

- 5.1.10. A fiscalização poderá acompanhar os serviços durante os horários autorizados, mediante agendamento prévio para visitas técnicas, de forma a garantir o cumprimento das condições contratuais e a observância das normas do condomínio.
- 5.1.11. A equipe técnica da contratada deverá apresentar-se devidamente uniformizada e deverá portar crachá de identificação visível durante toda a execução dos serviços.
- 5.1.12. A empresa contratada será responsável por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e demais custos operacionais, inclusive transporte, alimentação e hospedagem de sua equipe.
- 5.1.13. Os serviços serão fiscalizados pela Administração, podendo ser exigida a substituição de profissionais ou a repetição de serviços mal executados.
- 5.1.14. Em caso de necessidade de remoção de equipamentos, a contratada deverá solicitar autorização formal e responsabilizar-se integralmente pelo transporte e devolução.
- 5.1.15. A Contratada será responsável pelo fornecimento de todos os instrumentos, Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), ferramentas, além da equipe especializada e qualificada necessárias para a execução completa dos serviços contratados. Todos os profissionais deverão estar devidamente registrados e capacitados, com uso de EPI.
- 5.1.16. Será exigida comprovação de formação e certificação em NR-10 e NR-35.
- 5.1.17. A contratada deverá manter canal de atendimento direto durante o expediente e contato de emergência com resposta em até 2 horas, inclusive em finais de semana e feriados.
- 5.1.18. Deverá ser mantido histórico eletrônico dos serviços prestados, acessível à fiscalização, com registros de manutenções, peças trocadas e pendências.
- 5.1.19. Toda substituição de peças deverá ter autorização prévia, estar acompanhada de relatório técnico e nota fiscal, com garantia mínima de 90 dias ou superior, se fornecida pelo fabricante.
- 5.1.20. Será exigida a utilização de peças originais ou certificadas pelo fabricante, sendo vedado o uso de componentes reconicionados sem autorização expressa.
- 5.1.21. Todos os serviços deverão ser registrados em ordem de serviço assinada pelas partes, com data, local, tipo de atividade, tempo de execução e nome do técnico responsável.

- 5.1.22. A contratada deverá zelar pela limpeza e organização do ambiente. Deverá proteger adequadamente os locais antes dos serviços e efetuar limpeza completa ao final, recolhendo todos os resíduos.
- 5.1.23. O descarte de materiais deverá seguir a legislação ambiental vigente, sendo vedado o uso de lixeiras comuns da unidade.
- 5.1.24. Produtos utilizados devem ser isentos de odores fortes, não inflamáveis e compatíveis com ambientes fechados.
- 5.1.25. Serviços com alto risco de sujeira deverão ser programados fora do expediente ou em horários de menor fluxo, mediante autorização.
- 5.1.26. A contratada deverá apresentar plano de execução inicial com cronograma físico, escala de atendimento, plano de manutenção preventiva e contatos dos responsáveis.
- 5.1.27. Deverá ser firmado termo de confidencialidade sobre informações acessadas durante a execução.
- 5.1.28. Multas e demais penalidades serão aplicadas conforme a Lei 14.133/2021 e o contrato.
- 5.1.29. O descumprimento reiterado ou falhas graves na execução poderão ensejar a rescisão contratual unilateral, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

Especificações Técnicas

- 5.2. As práticas de manutenção descritas neste Termo de Referência devem ser aplicadas em conjunto com as recomendações de manutenção mecânica da LEI Nº 13.589, DE 4 DE JANEIRO DE 2018.
- 5.3. A assistência técnica preventiva compreenderá procedimentos que visem prevenir falhas ou defeitos, garantindo a conservação e o perfeito funcionamento dos sistemas de climatização, conforme periodicidades estabelecidas neste Termo de Referência, Ordem de Serviço, no Contrato ou documento equivalente.
- 5.4. A Manutenção Preventiva abrangerá todos os procedimentos necessários para a conservação, bom funcionamento e prolongamento da vida útil dos equipamentos de ar-condicionado Split High Wall, conforme especificado no item 1.1. deste Termo de Referência.
- 5.5. Constarão da manutenção preventiva, entre outros serviços, os seguintes procedimentos:
- 5.5.1. Manutenção mecânica, elétrica e eletrônica dos equipamentos;

- 5.5.2. Manutenção dos circuitos, componentes e sistemas hidráulicos relacionados;
 - 5.5.3. Manutenção dos circuitos, componentes e sistemas eletroeletrônicos;
 - 5.5.4. Manutenção dos circuitos de força e comandos elétricos;
 - 5.5.5. Manutenção e substituição, quando necessária, de peças e componentes periféricos;
 - 5.5.6. Limpeza geral dos equipamentos, incluindo filtros, casas de máquinas, tomadas de ar exterior, dutos e difusores;
 - 5.5.7. Manutenção preventiva higiênico-sanitária com aplicação de fungicidas, bactericidas, algicidas e inibidores de incrustação, todos biodegradáveis e aprovados pelo Ministério da Saúde, para controle da qualidade do ar interior;
 - 5.5.8. Lubrificação das partes móveis e sistemas conforme especificação técnica;
 - 5.5.9. Verificação, manutenção e reposição do gás refrigerante para garantir carga térmica adequada;
 - 5.5.10. Manutenção e limpeza dos sistemas de drenagem da água de condensação;
 - 5.5.12. Medição e registro de grandezas elétricas, mecânicas e térmicas para avaliação do desempenho dos equipamentos.
- 5.6. Todos os serviços deverão ser realizados conforme a periodicidade especificada nos Planos de Manutenção, Operação e Controle fornecidos pela contratada.
- 5.7. A manutenção corretiva compreenderá o atendimento às solicitações do Coren/ES, quantas vezes forem necessárias, sem custo adicional, sempre que ocorrer paralisação decorrente de falha ou quebra do equipamento, ou quando for identificada a necessidade de recuperação, substituição de peças, correção de defeitos detectados durante a manutenção preventiva, ou qualquer outra condição que comprometa o funcionamento dos equipamentos. Inclui-se também a substituição dos suportes dos equipamentos (condensador/evaporador), quando necessária.
- 5.8. Para toda manutenção corretiva deverá a Contratada emitir um relatório detalhado dos serviços executados.
- 5.9. A chamada para a manutenção corretiva deverá ser atendida, salvo com prévia solicitação da contratada e respectiva autorização por parte da contratante nos seguintes prazos:
- 5.10. A Contratada será responsável pelo fornecimento de todas as peças e componentes necessários à substituição para o perfeito funcionamento dos equipamentos, incluindo os suportes (condensador/evaporador), quando aplicável.
- 5.11. As peças substituídas deverão ser novas, acompanhadas de garantia e em conformidade com as especificações do fabricante. Caso não haja disponibilidade de peças novas, a autorização para utilização de peças reconcondicionadas ficará a cargo da fiscalização.

- 5.12. Para equipamentos em período de garantia, a responsabilidade pelo fornecimento e troca de peças caberá ao garantidor, cabendo à Contratada somente a execução dos serviços preventivos. Após o término da garantia, a total responsabilidade pela manutenção e fornecimento de peças será da Contratada.
- 5.13. A Contratada deverá fornecer todos os materiais de consumo necessários para a execução dos serviços, incluindo, mas não se limitando a: materiais de limpeza, lubrificantes, estopas, soldas, espumas para vedação, tintas, nitrogênio, oxigênio, acetileno, gás refrigerante e similares.
- 5.14. As tubulações internas deverão ser preferencialmente instaladas por cima do forro ou embutidas na alvenaria, sempre que possível; caso contrário, deverão ser instaladas em calhas plásticas aparentes.
- 5.15. Poderão ser demandados serviços complementares, tais como reparos em gesso, vidro, fabricação de suporte adequado para a condensadora, instalação de dreno, entre outros, os quais deverão estar contemplados na proposta apresentada.

Local e horário da prestação dos serviços

- 5.16. Os serviços serão executados de forma parcelada, conforme demanda previamente pelo Coren-ES.
- 5.17. **Local de execução:** Os locais de prestação dos serviços incluem a Sede do Coren-ES, situada em Vitória/ES, e as Subseções localizadas nos municípios de São Mateus, Cachoeiro de Itapemirim, Colatina e Linhares.

TABELA I - UNIDADES DE EXECUÇÃO DO OBJETO	
Local	Endereço
Sede do Conselho Regional de Enfermagem do Espírito Santo (Coren-ES) - Vitória/ES	Rua Alberto de Oliveira Santos, nº 42, Edifício Ames, Sala nº 1116, Centro de Vitória, Espírito Santo. CEP: 29010901.
Subseção de Cachoeiro de Itapemirim	Comercial Cachoeiro Business Center, Sala 203, Bloco B, Rodovia Engenheiro Fabiano Vivacqua, nº 165, Bairro Marbrasa, Cachoeiro de Itapemirim, ES - CEP 29313-656.
Subseção de Linhares	Av. Presidente Getúlio Vargas, 1220 - Sala 406 - Torre A - Condomínio Laguna Center, Linhares/Espírito Santo. CEP: 29.901-212
Subseção de São Mateus	Rua João Bento Silveiras, 214, Loja 3, Ed. Nazareth - Centro, São Mateus/Espírito Santo. CEP: 29930-020.
Subseção de Colatina	Av. Getúlio Vargas, 500 - 1º andar, sala 108 - Centro, Colatina - ES, 29700-010

5.18. Os ares-condicionados instalados na sede e subseções do Coren-ES estão discriminados conforme tabela abaixo:

TABELA II - ARES-CONDICIONADOS INSTALADOS		
LOCAL	7.000 À 12.000 BTU'S SPLIT	18.000 A 36.000 BTU'S SPLIT
Sede do Conselho Regional de Enfermagem do Espírito Santo (Coren-ES) - Vitória/ES	12	7
Subseção de Cachoeiro de Itapemirim	1	1
Subseção de Colatina	0	1
Subseção de Linhares	1	0
Subseção de São Mateus	0	1

5.19. Além dos quantitativos acima, estão previstas as instalações de mais aparelhos, conforme quadro abaixo:

TABELA III - PREVISÃO DE INSTALAÇÃO		
LOCAL	9.000 À 12.000 BTUS SPLIT	18.000 A 36.000 BTUS SPLIT
Sede do Conselho Regional de Enfermagem do Espírito Santo (Coren-ES) - Vitória/ES	15	12
Subseção de Cachoeiro de Itapemirim	1	1
Subseção de Colatina	1	1
Subseção de Linhares	2	0
Subseção de São Mateus	1	1

Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

5.20. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

- 5.21. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

- 6.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.
- 6.7. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

- 6.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).
- 6.9. Havendo a designação de um único fiscal, esse acumulará as atividades relativas à fiscalização técnica e administrativa.

Fiscalização Técnica

- 6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);
- 6.11. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);
- 6.12. Identificada qualquer inexactidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);
- 6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);
- 6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);
- 6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

- 6.16. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).
- 6.17. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Gestor do Contrato

- 6.18. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da

necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

- 6.19. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).
- 6.20. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).
- 6.21. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).
- 6.22. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).
- 6.23. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).
- 6.24. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- 7.1. Em nenhuma hipótese serão pagos os serviços não utilizados.

Do recebimento

- 7.2. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 03(três) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).

- 7.3. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.
- 7.4. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).
- 7.5. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022).
- 7.6. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.
- 7.7. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.
- 7.7.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;
- 7.7.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- 7.7.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)
- 7.7.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
- 7.7.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 7.8. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.9. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

- 7.9.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).
 - 7.9.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
 - 7.9.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
 - 7.9.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
 - 7.9.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.
- 7.10. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 7.11. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.
- 7.12. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

- 7.13. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

- 7.14. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021
- 7.15. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 7.15.1. o prazo de validade;
 - 7.15.2. a data da emissão;
 - 7.15.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
 - 7.15.4. o período respectivo de execução do contrato;
 - 7.15.5. o valor a pagar; e
 - 7.15.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 7.16. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;
- 7.17. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.
- 7.18. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas; b) identificar possível razão que impeça a contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).
- 7.19. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- 7.20. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.21. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.22. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.23. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

Forma de pagamento

7.24. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.25. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.26. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.26.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.27. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

7.28. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.29. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.30. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em

vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

- 7.31. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.
- 7.32. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.
- 7.33. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

- 8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO GLOBAL**.

Regime de execução

- 8.2. O regime de execução do contrato será por empreitada por preço unitário.

Exigências de habilitação

- 8.3. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

- 8.4. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa interessada e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
- 8.5. Caso conste na Consulta de Situação do interessado a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 8.6. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 8.7. O interessado será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.
- 8.8. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do interessado será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.
- 8.9. É dever do interessado manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.
- 8.10. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 8.11. Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 8.12. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.
- 8.13. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

Habilitação jurídica

- 8.14. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- 8.15. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

- 8.16. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 8.17. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.18. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- 8.19. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.20. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
- 8.21. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- 8.22. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 8.23. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 8.24. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 8.25. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

- 8.26. declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 8.27. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 8.28. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 8.29. Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 8.30. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 8.31. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Técnica

- 8.32. A licitante deverá apresentar no mínimo 2 (dois) atestados de capacidade técnica, emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem a execução prévia de serviços com características técnicas semelhantes ao objeto desta contratação, atendendo cumulativamente às seguintes condições:
- 8.32.1. Prestação de serviços de instalação, manutenção preventiva e corretiva, higienização e desinstalação de sistemas de climatização do tipo Split ou ACJ;
- 8.32.2. Atendimento prestado em ambientes administrativos ou institucionais (ex: órgãos públicos, hospitais, escolas, empresas de médio ou grande porte);
- 8.32.3. Abrangência mínima, em conjunto, de 50 (cinquenta) unidades de ar-condicionado do tipo Split ou ACJ atendidas;
- 8.32.4. Serviços executados de forma contínua ou sob demanda por período mínimo de 6 (seis) meses;

- 8.32.5. Inclusão de serviços complementares como: adequações elétricas (ex: instalação de disjuntores e cabeamento), instalações de drenos, ajustes de forro e pequenas intervenções em alvenaria ou substituição de peças.
- 8.33. Os atestados deverão ser apresentados em papel timbrado, assinados por representante legal da contratante, com identificação do responsável técnico (nome, cargo e contato).
- 8.34. A empresa licitante deverá comprovar:
- 8.34.1. Registro ativo e regular no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia);
 - 8.34.2. Indicação de Responsável Técnico, com formação em Engenharia Mecânica ou áreas correlatas, com registro no CREA;
 - 8.34.3. Apresentação da ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) relativa aos serviços prestados, compatível com o objeto da contratação e válida durante a vigência contratual.
- 8.35. Todos os profissionais que atuem em altura deverão possuir certificação válida em NR-35, devidamente apresentada.
- 8.36. Como condição de habilitação, a licitante deverá apresentar Plano Técnico de Execução, contendo:
- 8.36.1. Estrutura organizacional e técnica da empresa;
 - 8.36.2. Escopo detalhado dos serviços ofertados;
 - 8.36.3. Proposta de plano de manutenção preventiva inicial, com periodicidade sugerida;
 - 8.36.4. Procedimento interno para controle de qualidade dos serviços;
 - 8.36.5. Escala de atendimento e prazos de resposta;
 - 8.36.6. Indicação dos recursos materiais e humanos disponíveis;
 - 8.36.7. Fluxograma de atendimento a emergências e controle de chamados.
- 8.37. A empresa deverá comprovar:
- 8.37.1. Sede ou filial ativa no Estado do Espírito Santo, com capacidade de atendimento em até 4 horas úteis para manutenções corretivas, comprovada mediante apresentação de contrato social com endereço atualizado ou comprovante de inscrição estadual/municipal da unidade local.
 - 8.37.3. Canal de atendimento técnico ativo 24h por dia, 7 dias por semana, inclusive feriados.
- 8.38. A equipe técnica mínima recomendada para a execução dos serviços deverá ser composta por:
- 8.39.1. 1 (um) Técnico em Refrigeração, com curso técnico reconhecido pelo MEC e registro no conselho profissional competente, quando aplicável, com experiência comprovada na execução de

serviços relacionados, especialmente em manutenção de sistemas de ar-condicionado. Este profissional poderá ser responsável direto pela execução das manutenções preventiva e corretiva, devendo possuir Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) devidamente registrada junto ao CREA.

8.39.3. 1 (um) Ajudante: para apoio às atividades técnicas.

8.39.4. 1 (um) Engenheiro Responsável Técnico: com registro ativo no CREA.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$91.452,67 (noventa e um mil reais, quatrocentos e cinquenta e dois reais e sessenta e sete centavos)**, conforme custos unitários apostos na tabela do item 1.1.

ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.2. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento deste órgão.

9.2.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação: 6.2.2.1.1.01.33.90.039.002.015 - Manutenção e conservação de Bens Móveis e Imóveis/Instalações.

10. RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO

Breno Birschener Gonzaga - Setor de Compras

De Acordo:

Mariane Dantas de Barros

Matrícula nº 441/ Portaria Coren-ES nº 536/2025

Membro da Comissão de ETP

10 de Setembro de 2025, Vitória-ES

Aprovo o presente documento, e autorizo a Contratação de empresa para prestação de serviços de instalação preventiva e corretiva de ar condicionado tipos Split e ACJ, incluindo todos os materiais e equipamentos necessários a preferida execução dos serviços, para atender as demandas da Sede do Conselho Regional de Enfermagem do Espírito Santo (Coren/ES) e as Subseções de Cachoeiro de Itapemirim, Colatina, São Mateus e Linhares, nos moldes da Lei nº 14.133/2021.

Wilton José Patrício - Conselheiro Presidente

ANEXO I - ÍNDICE DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)

1. DA DEFINIÇÃO

- 1.1. Este documento apresenta os critérios de avaliação da qualidade dos serviços, identificando indicadores, metas, mecanismos de cálculo, forma de acompanhamento e adequações de pagamento por eventual não atendimento das metas estabelecidas.
- 1.2. Este anexo (IMR) é parte indissociável do termo de referência. Àquele contém critérios de medição que estão em consonância com as regras de execução dos serviços estabelecidas na minuta contratual, sendo imprescindível a obediência a estes ditames sob pena de imputação de sanções administrativas.

2. DOS INDICADORES, METAS E DOS MECANISMOS DE CÁLCULO

- 2.1. Os serviços e produtos da CONTRATADA serão avaliados por meio de indicadores balizados nas boas práticas de execução de serviços de instalação preventiva e corretiva de ar condicionado do tipo Split e ACJ, observando-se as regras de saúde, segurança no trabalho, legislação trabalhista e/ou convenção coletiva de trabalho, qualidade, prazo, conformidade técnica e atendimento à legislação vigente. Diante do que foi exposto, definiram-se cinco indicadores, quais sejam: 1) uso dos EPI's e uniformes; 2) tempo de resposta às solicitações da contratante; 3) qualificação e experiência dos profissionais envolvidos; 4) execução total e objetiva do serviço e 5) ordem de serviço.
- 2.2. Aos indicadores serão atribuídas pontuações, conforme critérios apresentados nas tabelas abaixo.
- 2.3. Cada indicador contribui com uma quantidade diferenciada na aferição da pontuação. Essa diferença está relacionada à essencialidade do indicador para a qualidade na execução dos serviços.
- 2.4. A pontuação final da execução dos serviços pode resultar em valores entre 0 (zero) e 100 (cem), que correspondem a uma graduação do nível de qualidade na execução dos serviços. Considera-se o valor 0 (zero) para um serviço inteiramente desprovido de qualidade, e, o valor 100 (cem) para o serviço inteiramente provido de qualidade.
- 2.5. A pontuação supracitada, será mensurada com base em observações diárias por parte do fiscal técnico, sendo levado em conta a frequência de ocorrências no período de referência da prestação dos serviços.
- 2.6. As tabelas abaixo apresentam os indicadores, as metas, os critérios e os mecanismos de cálculo da pontuação para fins de cálculo do pagamento da contratada.

INDICADOR Nº 01 - USO DOS EPI'S E UNIFORMES	
ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Mensurar o atendimento às exigências específicas relacionadas a segurança do trabalho, fornecimento e uso dos uniformes pelos funcionários da empresa durante a execução do(s) serviço(s).
Meta a Cumprir	Nenhuma ocorrência no período de prestação do serviço.
Instrumento de Medição	Constatação formal quanto à execução do(s) serviço(s).
Forma de Acompanhamento	"In loco" pelo fiscal técnico, sendo o registro realizado no livro de ocorrência do contrato.

Periodicidade	Durante a execução de cada serviço solicitado.
Mecanismo de Cálculo	Verificação da quantidade de ocorrências registradas no período de referência, independentemente do número de funcionários em desacordo com o indicador. REGRA: 1 (uma) ocorrência equivale a 1 (um) dia em que os funcionários se apresentarem ao serviço desatendendo às regras do indicador.
Início da Vigência	A partir do início da prestação do serviço.
Faixas de ajustes no pagamento	Sem ocorrências = 10 Pontos 1 ocorrência = 8 Pontos 2 ocorrências = 6 Pontos 3 ocorrências = 4 Pontos 4 ocorrências = 2 Pontos 5 ou mais ocorrências = 0 ponto
Sanções aplicadas na primeira constatação	Advertência por escrito , quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;
Observações	Havendo a aferição pelo fiscal técnico por 3 vezes consecutivas da ocorrência de pontuação 4 de que trata este indicador, a Administração poder valer-se de outras formas de sanções administrativas, não sendo isentas as sanções penais e civis cabíveis.

INDICADOR Nº 02 - TEMPO DE RESPOSTA ÀS SOLICITAÇÕES DA CONTRATANTE	
ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Mensurar a celeridade nas respostas relacionadas a toda execução do cumprimento contratual, tais como: a) substituição e/ou reposição de profissionais; b) entrega de documentos relacionados à prestação do serviço; c) abastecimento e/ou reposição de materiais e equipamentos que estejam vinculados à prestação do serviço. A finalidade deste indicador é auxiliar a Administração a mensurar o grau de comprometimento no tocante à resolução das demandas levantadas de forma mais célere possível, ainda que a resolução definitiva de determinada demanda apenas se dê num lapso temporal maior.
Meta a Cumprir	Até 1 dia útil posterior à solicitação.
Instrumento de Medição	Constatação formal de ocorrências.
Forma de Acompanhamento	Pessoal, quando da solicitação do Fiscal Técnico e/ou Administrativo através de Sistema de Registro de Ocorrências.

Periodicidade	Por solicitação da contratante.
Mecanismo de Cálculo	Verificação da quantidade de ocorrências registradas com tempo de resposta superior a meta. REGRA: 1 ocorrência equivale a cada 1 dia útil em que as respostas/solicitações do contratante não sejam atendidas pela contratada.
Início da Vigência	A partir do início da prestação do serviço.
Faixas de ajustes no pagamento	Sem ocorrências = 10 Pontos 1 ocorrência = 8 Pontos 2 ocorrências = 6 Pontos 3 ocorrências = 4 Pontos 4 ocorrências = 2 Pontos 5 ou mais ocorrências = 0 ponto
Sanções aplicadas na primeira constatação	Advertência por escrito , quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;
Observações	As respostas às solicitações podem figurar-se em basicamente 3 hipóteses: <ul style="list-style-type: none"> • Respostas em forma de ação (prestação direta de determinado serviço que carece de melhoria ou execução); • Respostas por meios formais (via documentos entregues à Administração); • Respostas por meios informais através do uso de instrumentos telemáticos (comunicação acerca de consultas via telefone ou e-mail).
Demais observações	Havendo aferição pelo fiscal técnico por 3 vezes consecutivas da ocorrência de pontuação 4 de que trata este indicador, a Administração poder valer-se de outras formas de sanções administrativas,

INDICADOR Nº 03 - QUALIFICAÇÃO E EXPERIÊNCIA DOS PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS	
ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Minimizar problemas/prejuízos oriundos de má qualificação e/ou falta de experiência dos profissionais durante a execução do serviço.
Meta a Cumprir	Nenhuma ocorrência no período da prestação do serviço.
Instrumento de Medição	Constatação formal de ocorrências, realizada pelo fiscal técnico, através de comprovação documental sendo esta figurada por meio de apresentação de inscrições nos Conselhos profissionais competentes, conforme o caso. Em se tratando dos demais profissionais, através da apresentação de Carteiras Profissionais de Trabalho e/ou Certificação Profissional.

Forma de Acompanhamento	Pessoalmente, pelo Fiscal Técnico.
Periodicidade	A cada prestação do serviço.
Mecanismo de Cálculo	Identificação de, pelo menos, um profissional desqualificado no período de prestação de cada serviço a ser realizado.
Início da Vigência	A partir do início da prestação do serviço.
Faixas de ajustes no pagamento	Sem ocorrências = 20 Pontos Uma ou mais ocorrências = 0 Pontos
Sanções aplicadas na primeira constatação	Advertência por escrito , quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;
Observações	As respostas às solicitações podem figurar-se em basicamente 3 hipóteses: <ul style="list-style-type: none"> • Respostas em forma de ação (prestação direta de determinado serviço que carece de melhoria ou execução); • Respostas por meios formais (via documentos entregues à Administração); • Respostas por meios informais através do uso de instrumentos telemáticos (comunicação acerca de consultas via telefone ou e-mail).
Demais observações	Havendo aferição pelo fiscal técnico por 3 vezes consecutivas da ocorrência de pontuação 4 de que trata este indicador, a Administração poderá valer-se de outras formas de sanções administrativas.

INDICADOR Nº 04 - EXECUÇÃO TOTAL E OBJETIVA DO SERVIÇO	
ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Aferir se os serviços solicitados foram executados de acordo com os critérios estabelecidos pela Administração. NOTA – Os critérios estabelecidos pela Administração podem ser materializados obedecendo a: <ul style="list-style-type: none"> • Normas técnicas vigentes relativas à execução do(s) serviço(s), prezando pela qualidade da execução; • Descrição dos serviços a serem prestados conforme Ordem de Serviço emitida pela Administração.
Meta a Cumprir	Execução total dos serviços solicitados, em atendimento aos critérios estabelecidos, sendo estes prestados com excelência, de modo a garantir plena capacidade, condições de funcionamento contínuo e segurança.
Instrumento de Medição	Constatação pessoal in loco pelo Fiscal Técnico.

Forma de Acompanhamento	Será realizada de forma pessoal pelo fiscal técnico do contrato, o qual realizará o registro das ocorrências.
Periodicidade	Por serviço concluído ou por etapas concluídas do serviço, conforme previamente definido pela Administração.
Mecanismo de Cálculo	Identificação de, pelo menos, um serviço prestado fora dos critérios.
Início da Vigência	A partir do início da prestação do serviço.
Faixas de ajustes no pagamento	Sem ocorrências = 35 Pontos Uma ou mais ocorrências = 0 Pontos
Sanções aplicadas na primeira constatação	Advertência por escrito , quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado.
Observações	Havendo desatendimento do indicador, obedecendo ao princípio da razoabilidade, a empresa será inicialmente notificada verbalmente através da figura do preposto para que, em 24 h (no caso de serviços de manutenção corretiva) e em 1 dia útil (demais serviços), atenda às solicitações da Administração quanto aos critérios estabelecidos. Tendo atendido ao supracitado, não será penalizada tendo em vista os princípios da celeridade e eficiência.

INDICADOR Nº 05 - ORDEM DE SERVIÇO	
ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Garantir atendimento célere para o cumprimento da ordem de serviço.
Meta a Cumprir	Cumprimento dos prazos de acordo com a tipificação da solicitação. NOTA: A tipificação da solicitação figura-se, conforme preceituado no Termo de Referência, como sendo: <ul style="list-style-type: none"> • Prazo para atendimento aos <u>serviços de manutenção corretiva</u>: até 4 horas, a critério da Administração. • Prazo para atendimento aos <u>serviços de instalação e desinstalação</u>: até 1 dia útil, a critério da Administração. • Prazo para atendimento ao <u>serviço de manutenção preventiva</u>: até 2 dias úteis, a critério da Administração.
Instrumento de Medição	Avaliação técnica por parte da Fiscalização.
Forma de Acompanhamento	Pessoalmente pelo Fiscal Técnico.
Periodicidade	Durante a execução de cada serviço.
Mecanismo de Cálculo	Conforme faixas de ajuste de pagamento aqui estabelecidas.

Início da Vigência	A partir do início da prestação do serviço.
Faixas de ajustes no pagamento	<p>Sem ocorrências = 25 Pontos</p> <p>Serviços Emergenciais:</p> <p>De 1 até 2 horas de atraso = 24 Pontos</p> <p>A partir de 2 a 4 horas de atraso = 22 Pontos</p> <p>A partir de 4 a 6 horas de atraso = 20 Pontos</p> <p>A partir de 6 a 8 horas de atraso = 18 Ponto</p> <p>A partir de 8 a 10 horas de atraso = 16 Pontos</p> <p>A partir de 10 a 12 horas de atraso = 14 Pontos</p> <p>A partir das 12 horas de atraso = 0 Pontos</p> <p>Demais Serviços: De 1 até 2 dias de atraso = 24 Pontos</p> <p>A partir de 2 a 4 dias de atraso = 22 Pontos</p> <p>A partir de 4 a 6 dias de atraso = 20 Pontos</p> <p>A partir de 6 a 8 dias de atraso = 18 Ponto</p> <p>A partir de 8 a 10 dias de atraso = 16 Pontos</p> <p>A partir de 10 a 12 dias de atraso = 14 Pontos</p> <p>A partir das 12 dias de atraso = 0 Pontos</p>
Sanções aplicadas na primeira constatação	Advertência por escrito , quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado.
Observações	Havendo a aferição pelo fiscal técnico por 3 vezes consecutivas da ocorrência de pontuação 20 de que trata este indicador, a Administração poderá valer-se de outras formas de sanções administrativas conforme Termo de Referência.

3. DO CÁLCULO PARA PAGAMENTO

- 3.1. As pontuações relativas à aferição de qualidade devem ser totalizadas para o mês de referência, conforme especificações apresentadas nas tabelas acima.
- 3.2. A aplicação dos critérios de averiguação da qualidade resultará em uma pontuação final no intervalo de 0 a 100 pontos, correspondente à soma das pontuações obtidas para cada indicador, conforme fórmula abaixo:

Pontuação total do serviço = Indicador 1 + Indicador 2 + Indicador 3 + Indicador 4 + Indicador 5

- 3.3. Os pagamentos devidos à contratada, relativos a cada período de referência, devem ser calculados conforme pontuação total do serviço em consonância com a tabela e fórmulas abaixo:

FAIXAS DE PONTUAÇÃO DE QUALIDADE POR MÊS DE REFERÊNCIA	PERCENTUAL PARA PAGAMENTO	FATOR DE AJUSTE DE NÍVEL DE SERVIÇO
De 80 a 100 pontos	100% do valor previsto	1,00
De 70 a 79 pontos	97% do valor previsto	0,97
De 60 a 69 pontos	95% do valor previsto	0,95
De 50 a 59 pontos	93% do valor previsto	0,93
De 40 a 49 pontos	90% do valor previsto	0,90
Abaixo de 40 pontos	90% do valor previsto mais multa	0,90 + avaliar necessidade de aplicação de multa contratual

3.4. Desta feita, o valor para cada ordem de serviço será calculado conforme fórmula abaixo:

Valor devido por ordem de serviço = [(Valor mensal previsto) x (Fator de ajuste ajuste de nível de serviço)]

3.5. A pontuação abaixo de 40 pontos por três vezes consecutivas poderá ensejar a rescisão do contrato, cabendo a decisão final à Autoridade administrativa competente.

4. CHECK-LIST DE AFERIÇÃO DO NÍVEL DOS SERVIÇOS

Indicador	Crítérios (Faixas de Pontuação)	Pontos	Avaliação
1 – Uso dos EPI's e uniformes	Sem ocorrências	10	
	1 ocorrência	8	
	2 ocorrências	6	
	3 ocorrências	4	
	4 ocorrências	2	
	5 ocorrências ou mais	0	
2 – Tempo de resposta às solicitações da contratante	Sem atrasos	10	
	1 resposta com atraso	8	
	2 respostas com atraso	6	
	3 respostas com atraso	4	
	4 respostas com atraso	2	

	5 respostas com atraso	0	
3 – Qualificação e experiência dos profissionais envolvidos	Sem ocorrências	20	
	Uma ou mais ocorrências	0	
4 – Execução total e objetiva do serviço	Sem ocorrências	35	
	Uma ou mais ocorrências	0	
5 – Ordem de Serviço	<p>Sem ocorrências = 25 Pontos</p> <p>Serviços Emergenciais:</p> <p>De 1 até 2 horas de atraso = 24 Pontos</p> <p>A partir de 2 a 4 horas de atraso = 22 Pontos</p> <p>A partir de 4 a 6 horas de atraso = 20 Pontos</p> <p>A partir de 6 a 8 horas de atraso = 18 Ponto</p> <p>A partir de 8 a 10 horas atraso = 16 Pontos</p> <p>A partir de 10 a 12 horas de atraso = 14 Pontos</p> <p>A partir das 12 horas de atraso = 0 Pontos</p> <p>Demais Serviços:</p> <p>De 1 até 2 dias de atraso = 24 Pontos</p> <p>A partir de 2 a 4 dias de atraso = 22 Pontos</p> <p>A partir de 4 a 6 dias de atraso = 20 Pontos</p> <p>A partir de 6 a 8 dias de atraso = 18 Ponto</p> <p>A partir de 8 a 10 dias de atraso = 16 Pontos</p> <p>A partir de 10 a 12 dias de atraso = 14 Pontos</p> <p>A partir das 12 dias de atraso = 0 Pontos</p>	0-25	
Pontuação Total do Serviço			

ANEXO II

ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES - ETP	
1. Dados do processo:	
Unidade funcional responsável pela contratação:	Departamento de Gestão Administrativa e Financeira - DGAF
Objeto:	Contratação de empresa para prestação de serviços de instalação preventiva e corretiva de ar condicionado tipos Split e ACJ, incluindo todos os materiais e equipamentos necessários a preferida execução dos serviços, para atender as demandas da Sede do Conselho Regional de Enfermagem do Espírito Santo e as Subseções de Cachoeiro de Itapemirim, Colatina, São Mateus e Linhares
Nº do processo:	PAD 866/2025
2. Normativos que disciplinam os serviços a serem contratados:	
<ul style="list-style-type: none">• Lei nº 14.133/21 e alterações posteriores (Lei de Licitações);• Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, dispõe sobre o sistema de registro de preços para a contratação de bens e serviços, inclusive obras e serviços de engenharia;• Lei nº 13.589/2018 dispõe sobre a manutenção de instalações e equipamentos de sistemas de climatização de ambientes• IN nº 65/2021, que regulamenta procedimentos de pesquisa de preços;• Decisão Normativa n. 114/2019 – CONFEA, que dispõe sobre a fiscalização das atividades relacionadas a sistemas de refrigeração e de ar condicionado;• Nos casos omissos, toda Legislação Federal pertinente.• No Brasil, existem algumas normas que tratam do conforto térmico no ambiente de trabalho e da sua relação com a produtividade e o bem-estar dos trabalhadores:<ul style="list-style-type: none">• NR 17 (Norma Regulamentadora 17) – Ergonomia: Esta norma, regulamentada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, estabelece parâmetros para garantir conforto, segurança e desempenho no trabalho. Ela inclui fatores de conforto térmico, luminosidade, ruído e outras condições ambientais. A NR 17 exige que o ambiente de trabalho seja adequado para proporcionar conforto e evitar desgastes físicos e mentais.• ABNT NBR ISO 9241-2:2010 – Ergonomia de interação humano-sistema: Essa norma internacional, adotada no Brasil, aborda princípios ergonômicos que incluem o conforto térmico para melhorar a interação entre pessoas e sistemas. Embora seja mais focada na interface homem-computador, ela recomenda condições de temperatura adequadas para o bom desempenho das atividades.• ABNT NBR 16401-2:2008 – Instalações de ar-condicionado – Sistemas centrais e unitários - Parte 2: Parâmetros de conforto térmico: Esta norma especifica os parâmetros de temperatura, umidade e ventilação para garantir o conforto térmico em ambientes climatizados, como escritórios e instalações industriais.	

3. Descrição da necessidade da contratação

- 3.1.** Considerando as limitações observadas na contratação vigente, formalizada por meio do Processo Administrativo nº 797/2024 — notadamente a morosidade na execução dos serviços —, identificou-se a necessidade de promover novo processo licitatório. A presente contratação tem como objetivo a seleção de empresa especializada para prestação de serviços de forma integral, contemplando manutenção preventiva e corretiva, instalação, desinstalação, higienização, substituição de peças e fornecimento de materiais destinados aos sistemas de climatização do Conselho Regional de Enfermagem do Espírito Santo (Coren-ES), de modo a assegurar a continuidade, eficiência e qualidade dos serviços prestados à autarquia.
- 3.2.** Dada a natureza das demandas observadas, faz-se necessária a inclusão de serviços complementares, como:
- Adaptação de disjuntores;
 - Compatibilização da fiação elétrica;
 - Ajustes em forros e estruturas físicas;
 - Demais adequações necessárias à operação segura e eficiente dos equipamentos.
- 3.3.** A necessidade se acentua diante da recente reestruturação organizacional, que resultou na subdivisão de ambientes e demandou a instalação de novos pontos de climatização. Soma-se a isso o fato de parte dos equipamentos existentes estar obsoleta, apresentando falhas frequentes, alto consumo energético e manutenção economicamente inviável.
- 3.4.** A instalação de novos aparelhos visa atender à atual reorganização espacial, e climatização de ambientes que ainda não possuem sistema adequado.
- 3.5.** Destaca-se, ainda, a obrigatoriedade legal imposta pela Lei nº 13.589/2018, que determina a implementação do Plano de Manutenção, Operação e Controle (PMOC), sendo a manutenção periódica condição imprescindível para evitar sanções legais e assegurar ambientes salubres.
- 3.6.** Em síntese, trata-se de investimento estratégico que promove economia a longo prazo, preserva o patrimônio institucional e assegura condições adequadas de conforto térmico, produtividade e atendimento ao público.
- 3.7.** Abaixo tem-se a lista de setores e ares-condicionados instalados no Coren-ES:

Setor	Capacidade (Btus/h)	Tipo
Comissão de ética	18000	Split
Jurídico	12000	Split
Gabinete	12000	Split
Gabinete	12000	Split
Gabinete	12000	Janela
Comunicação	18000	Split
Controladoria	9000	Split
Fiscalização	36000	Split
DGAF	9000	split
DGAF	9000	split
Registro	18000	Split
Ouvidoria	9000	Split
Plenário	18000	Split

Sede: Rua Alberto de Oliveira Santos, nº 42, sala 1116, Ed. AMES, Vitória/ES, CEP. 29.010-901, Tel. (27) 3223-7768 / 3222-2930

Subseção Colatina: Av. Getúlio Vargas, nº 500, sala 108, Ed. Colatina Shopping, Centro, CEP. 29.700-014, Tel. (27) 3770-6750

Subseção São Mateus: Rua João Bento Silveiras, nº 214, loja 03, Ed. Nazareth, Centro, CEP. 29.930-020, Tel. (27) 3761-4249

Subseção Cachoeiro de Itapemirim: Pç. Jerônimo Monteiro, nº 67, sala 403, Ed. Max, Centro, CEP. 29.300-170, Tel. (28) 3199-0690

Subseção Linhares: Av. Presid. Getúlio Vargas, 1220, sala 406, Torre A, Cond. Laguna Center, Centro, CEP: 29.901-212, Tel. (27) 3199-1110

Site: www.coren-es.org.br; **E-mail:** coren-es@coren-es.org.br; **CNPJ:** 08.332.733/0001-35

Atendimento	18000	Split
Atendimento	18000	Split
Cobrança	12000	Split
T.I	12000	Split
T.I	12000	Split
Cachoeiro	18000	Split
Cachoeiro	12000	Split
Linhares	12000	Split
Colatina	18000	Split
São Mateus	18000	Split
Ética	7000	Split
Ética	12000	Split

4. Referência ao Planejamento institucional do Coren-ES:

4.1. O objeto desta licitação é contratado anualmente e possui previsão e dotação orçamentária de despesas previstas no ano.

5. Descrição dos requisitos da contratação

5.1. Especificação e requisitos técnicos

5.2. A empresa contratada deverá executar todos os serviços necessários para a adequada instalação e manutenção dos sistemas de ar-condicionado, responsabilizando-se integralmente por quaisquer adaptações, ajustes ou reparos que se fizerem necessários à plena execução dos serviços, incluindo, mas não se limitando a:

- Confecção e instalação de suportes metálicos;
- Reparo ou recomposição de forros, paredes e estruturas em gesso;
- Instalação de drenos embutidos ou não;
- Recorte, retirada e reinstalação de vidros, quando necessário;
- Adequação da infraestrutura elétrica, com substituição ou reforço de cabeamento, disjuntores e demais componentes elétricos;
- Execução dos serviços em horário noturno ou em finais de semana, quando solicitado, de modo a não comprometer o funcionamento das atividades institucionais;
- Fornecimento de todos os materiais, ferramentas e equipamentos necessários à perfeita execução dos serviços.

5.3. Todos os serviços deverão ser executados em conformidade com as normas técnicas vigentes, com o devido zelo pelo patrimônio público e segurança dos envolvidos.

5.4. Todos esses serviços devem estar em total conformidade com as leis e regulamentos aplicáveis, e a empresa também deve apresentar ao gestor competente a documentação de responsabilidade técnica, garantindo a integridade, o funcionamento adequado e a segurança dos equipamentos;

5.5. Atendimento às normas técnicas de segurança (NR-10);

Sede: Rua Alberto de Oliveira Santos, n° 42, sala 1116, Ed. AMES, Vitória/ES, CEP. 29.010-901, Tel. (27) 3223-7768 / 3222-2930

Subseção Colatina: Av. Getúlio Vargas, n° 500, sala 108, Ed. Colatina Shopping, Centro, CEP. 29.700-014, Tel. (27) 3770-6750

Subseção São Mateus: Rua João Bento Silveiras, n° 214, loja 03, Ed. Nazareth, Centro, CEP. 29.930-020, Tel. (27) 3761-4249

Subseção Cachoeiro de Itapemirim: Pç. Jerônimo Monteiro, n° 67, sala 403, Ed. Max, Centro, CEP. 29.300-170, Tel. (28) 3199-0690

Subseção Linhares: Av. Presid. Getúlio Vargas, 1220, sala 406, Torre A, Cond. Laguna Center, Centro, CEP: 29.901-212, Tel. (27) 3199-1110

Site: www.coren-es.org.br; **E-mail:** coren-es@coren-es.org.br; **CNPJ:** 08.332.733/0001-35

- 5.6.** Assistência técnica e manutenção preventiva inclusa no escopo;
- 5.7.** Fazer inspeção inicial de todos os componentes e montar o plano que trata dos procedimentos, rotinas e periodização para manutenção preventiva mensais visando prevenir situações que possam gerar falhas ou defeitos em quaisquer equipamentos, incluindo a realização das tarefas constantes da rotina do PMOC;
- 5.8.** Emitir relatórios (com fotos e descrição do serviço realizado) após cada serviço executado e mensalmente relativos à rotina manutenção, que deverão ser entregues ao Fiscal do Contrato em até uma semana após o término da manutenção;
- 5.9.** Apresentar Plano de Manutenção, Operação e Controle dos Ambientes Climatizados – PMOC em até 15(quinze) dias úteis, no Coren-ES;
- 5.10.** O(s) serviços(s) de manutenção, quando necessário a retirada do equipamento do local, será executado nas dependências da Sede e Subseções do Coren-ES, exceto em situações excepcionais que deverá ser solicitado e autorizado pelo Fiscal de Contrato e Gestor de Contratos.

5.11. Prazos de Execução e Implementação

5.12. A contratação será válida por 12 meses.

5.13. Prazos para atendimento às solicitações, contados a partir da emissão da nota de serviço, inclusive instalação elétrica e civil:

Instalação	Desinstalação	Manutenção Preventiva	Manutenção Corretiva
1 dia útil	1 dia útil	2 dias úteis	4 horas

5.14. Critérios de sustentabilidade

5.15. Compatibilidade com gestão de resíduos e logística reversa, para descarte de equipamentos antigos e refrigeração.

5.16. Os serviços prestados deverão ser realizados nos seguintes horários:

5.17. Os serviços serão prestados de segunda a sexta-feira, das 8h às 12h e das 13h às 17h, em dias úteis, podendo, conforme peculiaridades do serviço e a necessidade do órgão, ocorrer em dias e horários alternativos, sob autorização prévia dos integrantes da fiscalização, bem como agendamento prévio com o responsável de cada Setor competente.

5.18. Atividades que produzam ruídos deverão ser executadas fora do horário de expediente, em atendimento às normas e deliberações do condomínio (19h às 07h).

5.19. Os serviços prestados deverão ser realizados nos seguintes endereços:

- **Sede:** Rua Alberto de Oliveira Santos, 42, sala 1013 – Ed. AMES – Centro – Vitória/ES – 29010-901;
- **Subseção São Mateus:** Rua João Bento Silves, 214, loja 03 – Centro – 29.930-020;
- **Subseção Cachoeiro de Itapemirim:** Rodovia Engenheiro Fabiano Vivacqua, nº165, Sala 203 bloco B, Bairro Marbrasa, CEP:29313-656.
- **Subseção Colatina:** Avenida Getúlio Vargas, 500, Ed. Colatina Shopping, sala 108 – Centro – 29.700-010
- **Subseção Linhares:** Avenida Presidente Getúlio Vargas, 1220, sala 406, T. A., Condomínio Laguna Center – Centro – 29.901-212.

6. Estimativa das quantidades:

6.1. Os ares-condicionados instalados na sede e subseções do Coren-ES estão discriminados conforme tabela abaixo:

ARES-CONDICIONADOS INSTALADOS		
LOCAL	7.000 À 12.000 BTU'S SPLIT	18.000 A 36.000 BTU'S SPLIT
SEDE - VITÓRIA	12	7
CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	1	1
COLATINA	0	1
LINHARES	1	0
SÃO MATEUS	0	1

6.2. Além dos quantitativos acima, estão previstas as instalações de mais aparelhos, conforme quadro abaixo:

PREVISÃO DE INSTALAÇÃO		
LOCAL	9.000 À 12.000 BTUS SPLIT	18.000 A 36.000 BTUS SPLIT
SEDE - VITÓRIA	15	12
CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	1	1
COLATINA	1	1
LINHARES	2	0
SÃO MATEUS	1	1

6.3. As manutenções preventivas deverão ser realizadas em todos os aparelhos de ares-condicionados já instalados, além dos que poderão ser adquiridos e instalados, conforme previsão de aquisição constante no PAD nº 808/24.

6.4. Para cada aparelho de ar-condicionado foram previstas uma manutenção preventiva por mês e duas manutenções corretivas por ano, para eventuais urgências.

6.5. Os serviços de instalação, desinstalação, manutenções corretivas, bem como as manutenções preventivas estimadas além das quantidade de aparelhos pré-existentes serão solicitadas sob demanda, conforme conveniência da administração.

6.6. Os quantitativos de instalação e desinstalação que excedem a quantidade prevista de instalações da tabela anterior compreendem eventuais substituições de aparelhos antigos e também serão solicitados sob demanda, conforme conveniência da administração.

Objeto: Instalação, desinstalação, manutenção preventiva e corretiva para a Sede - Coren/ES	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Anual (R\$)
Instalação de ar condicionado Split High Wall, capacidade 9.000 a 12.000 Btus/h (sob demanda)	20	R\$ 703,30	R\$14066
Instalação de ar condicionado Split High Wall, capacidade 18.000 a 30.000 Btus/h (sob demanda)	15	R\$ 850,00	R\$12750
Desinstalação de ar condicionado Split High Wall, capacidade 9.000 a 12.000 Btus/h (sob demanda)	20	R\$ 108,33	R\$2166,6
Desinstalação de ar condicionado Split High Wall, capacidade 18.000 a 30.000 Btus/h (sob demanda)	15	R\$ 145,00	R\$2175
Manutenção preventiva de ar-condicionado Split High Wall 220v, capacidade: de 7.000 à 12.000 btus/h	250	R\$ 58,83	R\$14707,5
Manutenção preventiva de ar-condicionado Split High Wall 220v, capacidade: de 18.000 a 36.000 btus/h	144	R\$ 120,64	R\$17372,16
Manutenção corretiva de ar-condicionado Split High Wall 220v, capacidade: de 7.000 à 12.000 btus/h (sob demanda)	50	R\$ 126,00	R\$6300
Manutenção corretiva de ar-condicionado Split High Wall 220v, capacidade: de 18.000 a 36.000 btus/h (sob demanda)	30	R\$ 247,83	R\$7434,9
Pequenos reparos de pré/pós-instalação.	35	R\$300,00	R\$10.500,00
TOTAL:			R\$ 87.472,16

6.7. Considerando que a natureza dos serviços requeridos envolve demandas **pontuais, eventuais e de difícil previsão**, não é possível quantificar previamente, com precisão, os volumes a serem executados ao longo da vigência contratual. Assim, os serviços serão solicitados **somente quando houver necessidade da Administração**, mediante emissão de Ordem de Serviço formal.

7. Levantamento de mercado e justificativa da escolha do tipo de solução a contratar:

Dentre as soluções possíveis, temos as seguintes formas e análise:

a) Solução 1 - Adesão a Ata de Registro de Preços: Não foram encontradas atas de registros de preços disponíveis para a realização de adesão que atendessem a completude dos materiais elencados no processo.

b) Solução 2 - Participar de licitação de outros órgãos: Não foram encontradas Intenção de Registro de Preços (IRP) disponíveis para a manifestação de interesse que atendessem a completude dos materiais elencados no processo.

c) Solução 3 - Instaurar procedimentos de licitações (pregão): é possível a instauração de processo regular para a aquisição.

Considerando as especificações dos serviços a serem contratados e as soluções disponíveis no mercado, verifica-se como alternativa viável a realização de procedimento licitatório na modalidade **pregão eletrônico**, com critério de julgamento pelo **menor preço**, em consonância com a prática já adotada pela instituição.

8. Estimativas do Valor da Contratação:

8.1. O valor estimado para a contratação será de R\$87.472,16.

9. Descrição da solução como um todo:

9.1. A presente contratação visa atender à necessidade de manutenção preventiva e corretiva do sistema de climatização, instalação e desinstalação, sob demanda, em todas as instalações físicas sob responsabilidade do Coren-ES. O serviço é essencial para garantir a segurança, funcionalidade e conservação do patrimônio público.

9.2. A contratação de empresa especializada possibilitará a prestação de serviços técnicos de forma sistematizada, eficiente e conforme as normas técnicas vigentes.

9.3. A presente contratação **não prevê dedicação exclusiva de mão de obra**, e os serviços serão requisitados conforme a demanda da Administração, de forma eventual e variável.

10. Justificativas para o parcelamento ou não da solução:

10.1. Nos termos do art. 23 da Lei nº 14.133/2021, a Administração deve avaliar a possibilidade de parcelamento do objeto com vistas a ampliar a competitividade, promover a economicidade e garantir maior eficiência na execução contratual.

10.2. Considerando a contratação de uma empresa especializada para a execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva, instalação, desinstalação, higienização, substituição de peças e fornecimento de materiais para sistemas de climatização (ares-condicionados) do Conselho Regional de Enfermagem do Espírito Santo (Coren-ES), não se recomenda o parcelamento do objeto, pelas razões técnicas a seguir expostas:

- **Interdependência das atividades:** Os serviços a serem contratados são de natureza complementar e interligada, de modo que sua execução por empresas distintas comprometeria a qualidade, a funcionalidade e a responsabilização técnica pelo resultado final;
- **Padronização e garantia técnica:** A execução integral por uma única empresa assegura a uniformidade dos procedimentos, dos materiais aplicados e dos métodos técnicos, além de facilitar o cumprimento das garantias e a rastreabilidade das ações realizadas.
- **Racionalização administrativa:** O fracionamento do objeto implicaria a celebração de múltiplos contratos, o que elevaria os custos administrativos, dificultaria a gestão, o controle

e a fiscalização contratual, contrariando os princípios da eficiência e da economicidade.

- **Prática de mercado:** A pesquisa de preços realizada demonstrou que empresas do setor prestam os serviços de forma integrada, oferecendo condições comerciais mais vantajosas quando contratadas para a execução do conjunto de atividades, o que reforça a inviabilidade econômica do parcelamento.

10.3. Diante do exposto, conclui-se que a contratação de forma integrada, ou seja, não parcelada, é a alternativa mais vantajosa à Administração, assegurando a eficiência da execução, a economicidade dos recursos públicos e a efetividade na prestação dos serviços de climatização.

11. Resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais ou financeiros disponíveis:

- 11.1.** Espera-se, com esta contratação, assegurar a conservação eficiente e econômica dos sistemas de climatização, garantindo seu funcionamento contínuo, a integridade dos componentes, a qualidade do ar interior e a prevenção de riscos à saúde dos ocupantes.
- 11.2.** A manutenção preventiva é considerada essencial, por contribuir diretamente para a saúde e o bem-estar de conselheiros, colaboradores, terceirizados e profissionais que frequentam a Sede e as Subseções do Coren-ES. Sistemas de climatização sujos ou mal conservados podem disseminar poeira, alérgenos e micro-organismos prejudiciais, gerando riscos à saúde dos ocupantes.
- 11.3.** Além disso, a manutenção regular estende a vida útil dos equipamentos, previne falhas prematuras, reduz custos com substituições e protege equipamentos eletrônicos sensíveis, como servidores e computadores, que podem ser danificados por variações térmicas.

12. Providências para adequação do ambiente do Coren-ES:

- 12.1.** O Conselho deverá indicar quais aparelhos serão realizados os trabalhos relativos ao objeto licitado por meio da equipe de fiscalização e gestão de contratos. Ademais, no específico desta contratação não há necessidade de adequação do ambiente.

13. Contratações correlatas e/ou interdependentes:

- 13.1.** A presente contratação possui relação com outras demandas de infraestrutura e manutenção predial do Conselho Regional de Enfermagem do Espírito Santo (Coren-ES), especialmente no que se refere às seguintes contratações correlatas e processos:
- Serviços de manutenção predial;
 - Compra de equipamentos de ar condicionado em conformidade com os ambientes a serem destinados ao uso;
 - Descarte do aparelho quando não estiver mais funcionando através do contato com prefeituras locais para a coleta, cooperativas de reciclagem ou indústria.

14. Descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras

14.1. Não há impactos ambientais resultantes desta contratação, no entanto a contratada deverá observar:

- Proteção à segurança e à saúde dos trabalhadores dos serviços de saúde e daqueles que exercem atividades de promoção e assistência à saúde em geral, consubstanciada na Norma Regulamentadora NR 32/ABNT;
- Utilização de produtos de acordo com as diretrizes da Anvisa e Inmetro, se existentes;
- A contratada deverá obedecer às disposições do Plano de Gerenciamento de Resíduos, além de obedecer às normas para empresas prestadoras de serviço Portaria nº 09 de 16 de novembro de 2000 – ANVISA.

15. Posicionamento conclusivo sobre a contratação para o atendimento da necessidade a que se destina

15.1. A contratação pleiteada é viável e necessária, conforme Estudo Técnico Preliminar apresentado. Trata-se de serviço contínuo, essencial para a realização das atividades do Conselho, justificando-se pela própria natureza dos serviços contratados, que visam propiciar a preservação/conservação do bem público, como também ao bom andamento das atividades primordiais desta autarquia.

16. Declaração da viabilidade ou não da contratação:

Com base nos elementos anteriores do presente documento de Estudos Preliminares realizado por esta Equipe de Planejamento, **DECLARAMOS** que:

(☒) **É VIÁVEL** a contratação proposta pela unidade requisitante/demandante.

(☐) **NÃO É VIÁVEL** a contratação proposta pela unidade requisitante/demandante.

A Equipe de Planejamento identificada abaixo chegou à conclusão acima em razão do(s) seguinte(s) motivo(s):

A justificativa da viabilidade está contemplada no item 03.

17. Do acesso às informações contidas nos presentes Estudos Preliminares:

Nos Termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, esta Equipe de Planejamento entende que:

(☒) As informações contidas nos presentes Estudos Preliminares **DEVERÃO ESTAR DISPONÍVEIS** para qualquer interessado, pois não se caracterizam como sigilosas.

(☐) As informações contidas nos presentes Estudos Preliminares **ASSUMEM CARÁTER SIGILOSO**, nos termos do Art. 23 da Lei nº 12.527/2011, e, portanto, deverão ter acesso restrito.



18. Responsabilidade da Equipe de Planejamento pela Elaboração e Conteúdo do Documento:

Certificamos que somos responsáveis pela elaboração do presente documento que materializa os Estudos Preliminares da presente contratação e que o mesmo traz os conteúdos previstos na Instrução Normativa SEGES/MP nº 05/2017.

Breno Birschener Gonzaga

Membro

Matrícula Coren-ES nº 455

Felipe de Barcelos Furtado

Membro

Matrícula Coren-ES nº 509

Mariane Dantas de Barros

Presidente

Matrícula Coren-ES nº 441

Vitória-ES, 31 de julho de 2025.

ANEXO III

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO ESPÍRITO SANTO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº XXX/XX - UASG 389326

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/....., QUE FAZEM
ENTRE SI **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX** E
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

O **CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO ESPÍRITO SANTO – COREN-ES**, Autarquia Federal, inscrito no CNPJ sob o nº. 08.332.733/0001-35, com sede na Rua Alberto de Oliveira Santos, nº 42, 11º andar, Centro, Vitória – ES, CEP 29010-901, adiante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo Presidente, Sr. Wilton José Patrício, brasileiro, nomeado pela Decisão Coren nº 01/2024, portador da Carteira de Identidade nº XXXXX PMES, e inscrito no CPF sob o nº XXX.XXX.XXX-XX, de outro a empresa **XXXXXXXXXXXXXXXX**, inscrita no CNPJ nº. **XXXXXXXXXX** com sede na **XXXXXXXXXXXXXXXX**, CEP **XXXXXXX**, e-mail: **XXXXXXXXXXXXXXXX** e **XXXXXXXXXXXXXXXX**, telefone (XX) **XXXXXXXXXX**, doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo(a) sócio-administrador(a) Sr.(a) **XXXXXXXXXXXXXXXX**, nacionalidade, portador da Carteira de Identidade nº XXXXXXXXXXXX, inscrito no CPF sob o nº XXX.XXX.XXX-XX, tendo em vista o que consta no Processo nº XXXXXXXXXXXX e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº XXXXXXXXXX, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

- 1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de XXXXXXXXXXXXXXXX, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
- 1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO (Com Marca e Modelo)	CATMAT	MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

- 1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do contratado;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX contados do(a) XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

2.2. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.4. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. *Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.*

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

5.1. O valor total da contratação é de R\$...... (.....)

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em __/__/__ (DD/MM/AAAA).

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

- 7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

- 8.1. São obrigações do Contratante:
- 8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.
- 8.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.10. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias.
- 8.12. *Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.*
- 8.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

- 9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 9.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 9.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 9.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 9.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 9.10. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.12. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 9.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 9.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do

objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iii. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv. Multa:

1. Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;;
2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2 % (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
 - a) O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o *inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021*.
3. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de 12,5% a 30% do valor do Contrato.
4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “d” do subitem 12.1, de 10% a 25% do valor do Contrato.
5. Para infração descrita na alínea “c” do subitem 12.1, a multa será de 7,5% a 20% do valor do Contrato.
6. Para infrações descritas na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de 5% a 15% do valor do Contrato.

7. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de 0,5% a 10% do valor do Contrato:

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.3.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.5. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.8. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.10. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3. Indenizações e multas.

12.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021).

12.6. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

13.1.1. Gestão/Unidade:

13.1.2. Fonte de Recursos:

13.1.3. Programa de Trabalho:

13.1.4. Elemento de Despesa:

13.1.5. Plano Interno:

13.1.6. Nota de Empenho:

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO (art. 92, §1º)

17.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal no Espírito Santo, Seção Judiciária de Vitória para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

TIMBRADO DO(A) FORNECEDOR(A)

ANEXO IV
MODELO DE PROPOSTA

(Modelo de referência. Quando necessário, a licitante deverá encaminhar também planilha de composição de preços)

Nome:

Data: ____ / ____ / ____

GRUPO				
Item	Descrição (com indicação de marca, fabricante e as informações necessárias a verificação dos requisitos)	Quant.	V. Unit. (R\$)	V. Total (R\$)
1				
2				
3				
VALOR TOTAL				

1. Atestamos que na nossa proposta já estão incluídas todas as despesas diretas e indiretas, impostos, benefícios, tributos, contribuições e seguros, de modo a constituírem o valor acima a única e total aquisição referente ao objeto.

2. Esta proposta tem validade de 60 (sessenta) dias.

3. **Dados:** Caso sejamos a proposta vencedora e transcorridos todos os trâmites legais, comprometemo-nos a assinar o Contrato no prazo determinado no documento de convocação e, para esse fim, fornecemos os seguintes dados:

Razão Social:

CNPJ:

E-mail:

Inscrição Estadual:

Inscrição Municipal:

Telefone:

Endereço (rua/nº/bairro/cidade/UF):

CEP:

Representante Legal da Licitante:

Assinatura



ANEXO V

CNPJ: 08.332.733/0001-35 Responsável: Breno Birschener Gonzaga Matrícula: 455 Telefone: (27) 3223-7768 Departamento: Setor de Compras

Mapa Comparativo de Preços

Os cálculos deste relatório foram elaborados com base nas metodologias descritas na 4ª edição do Manual de Orientação de Pesquisa de Preços do Superior Tribunal de Justiça (STJ). A utilização desse manual assegura a precisão e a confiabilidade dos cálculos apresentados, conforme os padrões estabelecidos pelo STJ. Para mais detalhes, acesse [aqui](#).

Critérios Estatísticos Gerais	
30%	Preços excessivamente elevados: valores superiores a 30% da média do rol de preços obtidos
70%	Inexequível: valores inferiores a 70% da média do rol de preços obtidos

Critérios Estatísticos por item								
Item	Média	Mediana	Desvio Padrão Amostral	Coeficiente de Variação	Método Estatístico	Preço Mínimo	Válidos	
							Média	Mediana
Instalação de ar condicionado Split High Wall, capacidade 9.000 a 12.000 Btus/h	R\$ 709,77	R\$ 713,00	5,60	0,79	Média	R\$ 703,30	R\$ 709,77	R\$ 713,00
Instalação de ar condicionado Split High Wall, capacidade 18.000 a 30.000 Btus/h	R\$ 866,15	R\$ 867,30	71,85	8,29	Média	R\$ 780,00	R\$ 866,15	R\$ 867,30
Desinstalação de ar condicionado Split High Wall, capacidade 9.000 a 12.000 Btus/h	R\$ 108,12	R\$ 101,50	20,91	19,34	Média	R\$ 80,00	R\$ 102,67	R\$ 100,00
Desinstalação de ar condicionado Split High Wall, capacidade 18.000 a 30.000 Btus/h	R\$ 142,51	R\$ 138,25	20,26	14,21	Média	R\$ 123,67	R\$ 142,51	R\$ 138,25
Manutenção preventiva de ar-condicionado Split High Wall 220v, capacidade: de 7.000 à 12.000 btus/h	R\$ 93,01	R\$ 90,00	6,07	6,53	Média	R\$ 89,03	R\$ 93,01	R\$ 90,00
Manutenção preventiva de ar-condicionado Split High Wall 220v, capacidade: de 18.000 a 36.000 btus/h	R\$ 120,28	R\$ 127,50	13,72	11,40	Média	R\$ 95,80	R\$ 120,28	R\$ 127,50
Manutenção corretiva de ar-condicionado Split High Wall 220v, capacidade: de 7.000 à 12.000 btus/h	R\$ 151,51	R\$ 152,50	5,07	3,35	Média	R\$ 145,00	R\$ 151,51	R\$ 152,50
Manutenção corretiva de ar-condicionado Split High Wall 220v, capacidade: de 18.000 a 36.000 btus/h	R\$ 150,09	R\$ 147,50	25,86	17,23	Média	R\$ 110,00	R\$ 158,11	R\$ 147,50
Pequenos reparos de pré/pós-instalação.	R\$ 208,97	R\$ 210,00	19,92	9,53	Média	R\$ 188,55	R\$ 208,97	R\$ 210,00

Item	Especificação	Und	Qtd	Cotação	Parâmetros	Empresas	Porte	Valor Unit	Média	Avaliação	Obs Avaliação
1	Instalação de ar condicionado Split High Wall, capacidade 9.000 a 12.000 Btus/h	un	20,00	CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM - ES	Compras.gov.br	COMERCIAL MERLO LTDA	---	R\$ 703,30	R\$ 709,77	VÁLIDO	
				CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA MICRORREGIÃO	Licitar Digital	NEO BRS COMERCIO DE	Microempresa	R\$ 713,00		VÁLIDO	



Item	Especificação	Und	Qtd	Cotação	Parâmetros	Empresas	Porte	Valor Unit	Média	Avaliação	Obs Avaliação
				DO ALTO DO SAPUCAÍ – CIMASP		ELETRODOMESTICCS LTDA					
				CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA MICRORREGIÃO DO ALTO DO SAPUCAÍ – CIMASP	Licitar Digital	NEO BRS COMERCIO DE ELETRODOMESTICCS LTDA	Microempresa	R\$ 713,00		VÁLIDO	
2	Instalação de ar condicionado Split High Wall, capacidade 18.000 a 30.000 Btus/h	un	15,00	AUTARQUIA MUNICIPAL DO ENSINO SUPERIOR DE GOIANA / 4 - AUTARQUIA DO ENSINO SUPERIOR DE GOIANA - AMESG	Portal Nacional de Contratações Públicas	JOSE ALEXANDRE PEREIRA ALVES JUNIOR	---	R\$ 890,00	R\$ 866,15	VÁLIDO	
				MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO Universidade Federal do Pará Pró Reitoria de Administração Departamento de Recursos Materiais	Compras.gov.br	BRUNO ARAUJO DOS PASSOS	Microempresa	R\$ 780,00		VÁLIDO	
				MUNICIPIO DE CANGUCU / 0000 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CANGUÇU	Portal Nacional de Contratações Públicas	SHELLIN REFRIGERACAO LTDA	Microempresa	R\$ 950,00		VÁLIDO	
				MUNICIPIO DO RIO GRANDE / 12002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	Portal Nacional de Contratações Públicas	CONCEITO SOLUCOES DE ENGENHARIA LTDA	---	R\$ 844,60		VÁLIDO	
3	Desinstalação de ar condicionado Split High Wall, capacidade 9.000 a 12.000 Btus/h	un	20,00	MUNICIPIO DE PORTO RICO / 75461970000193 - Unidade administrativa	Portal Nacional de Contratações Públicas	AILTON ALFREDO DA CRUZ	---	R\$ 100,00	R\$ 108,12	VÁLIDO	
				BARRA DO GARCAS CAMARA MUNICIPAL / 001 - CAMARA MUNICIPAL DE BARRA DO GARCAS	Portal Nacional de Contratações Públicas	GEOVANY SOUZA DE OLIVEIRA FREITAS	---	R\$ 103,00		VÁLIDO	
				MUNICIPIO DE PARAUNA / 3 - PREFEITURA DE PARAUNA PODER EXECUTIVO	Portal Nacional de Contratações Públicas	WALDENIR SUARES DE ASSIS 58561633115	---	R\$ 80,00		VÁLIDO	
				FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE JANDAIA-GO	Portal Nacional de Contratações Públicas	ISAAC FERREIRA ALVES DA SILVA 06001338183	---	R\$ 100,00		VÁLIDO	
				MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO Secretaria Executiva Subsecretaria de Planejamento e Orçamento Instituto Federal de Educação, Ciencia e Tecnologia do Rio de Janeiro IFRJ - CAMPUS ARRAIAL DO CABO	Compras.gov.br	INNOVA AIR SERVICOS TECNICOS LTDA	Grupo III – Empresa de Médio Porte	R\$ 130,37		VÁLIDO	
				Procuradoria Geral da Justiça de Tocantins	Compras.gov.br	PONTUAL REFRIGERACAO COMERCIO E SERVICOS LTDA.	Microempresa	R\$ 135,36		EXCESSIVAMENTE ELEVADO	31,84% superior que a média dos demais preços obtidos
4	Desinstalação de ar condicionado Split High Wall, capacidade 18.000 a 30.000 Btus/h	un	15,00	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE DO SUL	Compras.gov.br	43.792.760 JONATHAN SILVEIRA BORGES	---	R\$ 145,00	R\$ 142,51	VÁLIDO	
				MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA	Portal Nacional de Contratações Públicas	RISSO REFRIGERACAO E ASSISTENCIA TECNICA LTDA	---	R\$ 131,50		VÁLIDO	



Item	Especificação	Und	Qtd	Cotação	Parâmetros	Empresas	Porte	Valor Unit	Média	Avaliação	Obs Avaliação
				MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO Secretaria Executiva Subsecretaria de Planejamento e Orçamento Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro IFRJ - CAMPUS ARRAIAL DO CABO	Compras.gov.br	INNOVA AIR SERVICOS TECNICOS LTDA	Grupo III – Empresa de Médio Porte	R\$ 123,67		VÁLIDO	
				Prefeitura Municipal de Parobé	Portal de Compras Publicas	JOVANE KOTCHESKI PINTO	---	R\$ 169,87		VÁLIDO	
5	Manutenção preventiva de ar-condicionado Split High Wall 220v, capacidade: de 7.000 à 12.000 btus/h	un	250,00	ARARANGUA-CAMARA DE VEREADORES / 17001 - CAMARA DE VEREADORES	Portal Nacional de Contratações Públicas	40.513.941 JOAO PAULO COSTA PEREIRA	---	R\$ 90,00	R\$ 93,01	VÁLIDO	
				TAPURAH CAMARA DOS VEREADORES / 1 - TAPURAH CAMARA DOS VEREADORES	Portal Nacional de Contratações Públicas	JULIANA PAULA DE JESUS ROCHA 21563866846	---	R\$ 100,00		VÁLIDO	
				FUNDACAO DO PATRIMONIO HISTORICO E ARTISTICO PERNAMBUCO / 8083 - [P]- FUNDAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO D	Portal Nacional de Contratações Públicas	T R DO NASCIMENTO REFRIGERACAO	Microempresa	R\$ 89,03		VÁLIDO	
6	Manutenção preventiva de ar-condicionado Split High Wall 220v, capacidade: de 18.000 a 36.000 btus/h	un	144,00	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE / 4 - JANDAIA FMS	Portal Nacional de Contratações Públicas	WALDENIR SUARES DE ASSIS 58561633115	---	R\$ 95,80	R\$ 120,28	VÁLIDO	
				MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO Secretaria Executiva Subsecretaria de Planejamento e Orçamento INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE ALAGOAS Campus Palmeira dos Índios	Compras.gov.br	B MARIA PIMENTEL AGRA	Microempresa	R\$ 112,00		VÁLIDO	
				MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO Conselho Regional de Enfermagem de Minas Gerais	Compras.gov.br	QUADRIMAX SOLUCOES EM MANUTENCAO E CONSULTORIA LTDA	Microempresa	R\$ 127,50		VÁLIDO	
				MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO Conselho Regional de Enfermagem de Minas Gerais	Compras.gov.br	QUADRIMAX SOLUCOES EM MANUTENCAO E CONSULTORIA LTDA	Microempresa	R\$ 127,50		VÁLIDO	
				CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS NO ESTADO DE PERNAMBUCO - C ORE - PE	Compras.gov.br	55.021.466 RICARDO BARROS DOS SANTOS	---	R\$ 129,90		VÁLIDO	
				GOVERNO DO ESTADO DE RONDONIA Câmara Municipal de Ji-Paraná	Compras.gov.br	L. RUFINO NETTO & CIA LTDA	Microempresa	R\$ 129,00		VÁLIDO	
7	Manutenção corretiva de ar-condicionado Split High Wall 220v, capacidade: de 7.000 à 12.000 btus/h	un	50,00	MINISTÉRIO DA DEFESA Comando do Exército Departamento de Educação e Cultura do Exército Diretoria de Ensino Preparatório e Assistencial Colégio Militar de Fortaleza	Compras.gov.br	MJ TERCEIRIZACAO E SERVICOS LTDA	Microempresa	R\$ 145,00	R\$ 151,51	VÁLIDO	
				MINISTÉRIO DA DEFESA Comando do Exército Departamento de Educação e Cultura do Exército Diretoria de Ensino Preparatório e Assistencial Colégio Militar de Fortaleza	Compras.gov.br	MJ TERCEIRIZACAO E SERVICOS LTDA	Microempresa	R\$ 150,00		VÁLIDO	



Item	Especificação	Und	Qtd	Cotação	Parâmetros	Empresas	Porte	Valor Unit	Média	Avaliação	Obs Avaliação
				FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MARABA	Compras.gov.br	BRUNO ARAUJO DOS PASSOS	Microempresa	R\$ 155,00		VÁLIDO	
				FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MARABA	Compras.gov.br	BRUNO ARAUJO DOS PASSOS	Microempresa	R\$ 156,02		VÁLIDO	
8	Manutenção corretiva de ar-condicionado Split High Wall 220v, capacidade: de 18.000 a 36.000 btus/h	un	30,00	MINISTÉRIO DA DEFESA Comando do Exército Departamento de Educação e Cultura do Exército Diretoria de Ensino Preparatório e Assistencial Colégio Militar de Manaus	Compras.gov.br	G REFRIGERACAO COMERCIO E SERVICOS DE REFRIGERACAO LTDA	Grupo IV – Empresa de Médio Porte	R\$ 110,00	R\$ 150,09	INEXEQUÍVEL	69,57% de média dos outros preços obtidos, excluindo os excessivamente elevados
				MINISTÉRIO DA CULTURA Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional 7ª Coordenação Regional	Compras.gov.br	ABEC COMERCIO E SERVICOS LTDA	Microempresa	R\$ 147,50		VÁLIDO	
				MINISTÉRIO DA CULTURA Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional 7ª Coordenação Regional	Compras.gov.br	ABEC COMERCIO E SERVICOS LTDA	Microempresa	R\$ 147,50		VÁLIDO	
				PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDAGUARI/PR	Compras.gov.br	M. DE SOUZA - CONDICIONADORES DE AR	Microempresa	R\$ 140,00		VÁLIDO	
				CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM - ES	Compras.gov.br	REFRILAR CLIMAFRIO SERVICIO E COMERCIOS EM REFRIGERACAO LTDA	Empresa de Pequeno Porte (EPP)	R\$ 184,47		VÁLIDO	
				MINISTÉRIO DA DEFESA Comando do Exército Comando Militar da Amazônia 8ª Região Militar COMANDO 22ª BDA INF SI	Compras.gov.br	CARDOSO & SILVA COMERCIO E SERVICOS LTDA	Microempresa	R\$ 171,08		VÁLIDO	
9	Pequenos reparos de pré/pós-instalação.	un	35,00	PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO JARDIM	Compras.gov.br	ALIAS FOTOVOLTAICA INSTALACAO E MANUTENCAO ELETRICA LTDA	---	R\$ 210,00	R\$ 208,97	VÁLIDO	
				PREFEITURA MUNICIPAL DE IRATI/PR	Compras.gov.br	C LANCONI LOPES SOLUCOES EM TECNOLOGIA EIRELI	Microempresa	R\$ 188,55		VÁLIDO	
				PREFEITURA MUNICIPAL DE IRATI/PR	Compras.gov.br	C LANCONI LOPES SOLUCOES EM TECNOLOGIA EIRELI	Microempresa	R\$ 228,36		VÁLIDO	

